



1ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Espinho

ATA

----- Aos Dezassete dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve lugar no salão Nobre da Junta de Freguesia de Espinho, a primeira sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Espinho, presidida por Hélder Manuel de Freitas Leitão Rodrigues e secretariada por Manuel Ferreira Pires e Arsénio Miguel Nóbrega Barbosa, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1. Assuntos agendados para o período de “Antes da Ordem do dia”;**
- 2. Apreciação e votação do documento de prestação de contas de 2018;**
- 3. Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta;**
- 4. Período de intervenção do público.**

----- Antes da Ordem do dia, reuniram os quatro líderes parlamentares com assento na Assembleia de Freguesia para apreciarem dois requerimentos, um relacionado com a prestação de contas e outro com um email enviado pela vogal Lurdes Rebelo, a 27 de fevereiro, ao Presidente da Assembleia e em que este, devido a transições de carácter profissional, não o teria recebido e cujo conteúdo teria a ver com questões a colocar à ANAFRE. -----

----- O Presidente da Assembleia pediu para se proceder a duas substituições, a vogal Ana Rita Rocha, por motivos de maternidade, substituída pelo vogal José Adriano e a vogal Maria José Rebelo, substituída pelo vogal José Venâncio. De seguida deu início aos assuntos agendados para o período antes da ordem do dia. -----

----- A vogal Lurdes Rebelo referiu ter a esclarecer alguns pontos breves, ligado ao desporto, nomeadamente quanto a um pavilhão desportivo próprio. -----

----- O senhor Presidente da Junta indagou se se referia a um pavilhão desportivo próprio, ao que a vogal Lurdes Rebelo respondeu que sim, visto haver associações que os têm. Ainda a vogal Lurdes Rebelo questionou sobre a reabilitação urbana, em ter estruturas da própria, uma vez que o campo do Sporting de Espinho tem grande afluência de público e se a Junta de Freguesia vai ter algum retorno. No fundo gostaria que se refletisse sobre esse assunto, sobre o tema desporto nesta Junta.



Assembleia de Freguesia de Espinho

----- O vogal António Freire disse que a Freguesia de Anta tem um pavilhão desportivo. -----

----- O senhor Presidente da Junta referiu que esse pavilhão é municipal e que a nível de apoio desportivo é vontade deste executivo criar espaços para a promoção desportiva.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse ter-se já percebido que o que se pretende é que a Junta sirva de interlocutor com a Câmara para se dinamizar e promover mais o desporto.

----- O vogal José Laranjeira quis fazer um breve apontamento sobre o RECAFE, dizendo que o RECAFE não conta com um parque infantil e que não há nenhuma área desenvolvida para as pessoas estarem em lazer com as crianças. Da mesma forma que o espaço junto ao Vouguinha, em que este vai ser retirado, tem uma área ampla e que ali não foi contemplada uma área desportiva. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia argumentou que a Junta neste momento nada tem a ver com isso, quando muito pode questionar a Câmara se irá haver áreas para o desporto dado que é um projeto que já está aprovado e em execução. -----

----- Pediu a palavra o senhor secretário Vitor Sousa que depois de cumprimentar todos os presentes referenciou dois aspetos: “em todas as reuniões se fala nos parques infantis, coisa que há duas décadas atrás não existia em Espinho assim como há duas décadas atrás não havia uma sala de Cinema pois tinha-se acabado com isso. Também há duas décadas atrás alguém “fez a cama ao Sporting Clube de Espinho” e a verdade é que ficamos sem espaços públicos ou cada vez menos. No entanto, esta Junta de Freguesia nas competências que lhe são adstritas e no que depender desta comunidade tem constantemente abordado estes assuntos internamente e com os respetivos responsáveis dos respetivos pelouros da Câmara Municipal. É obvio que se está a fazer uma grande intervenção em Espinho, boa ou má, não vamos agora discutir, mas foi sempre, em todas as reuniões com técnicos e com autarcas, foi sempre nosso cuidado especial referenciar esse aspeto, porque para as crianças não tivemos parques infantis durante anos e anos e de um momento para o outro tivemos 3 e agora ficamos com um; E levantamos um, que foi deslocado há dois meses atrás, para uma outra freguesia limite, pois não somos tão obsessivos a ponto de tudo ter que estar aqui em Espinho. Espinho é uma freguesia com uma área relativamente pequena e provavelmente temos que saber viver com isto, independentemente de tudo temos que apostar noutro tipo de desportos. Mas, vogal Lurdes Rebelo, posso dizer-lhe uma coisa, a nível de atletas, de imagem desportiva de Espinho nós temos um viveiro dos melhores do país, campeões atrás de campeões, e é por algum motivo. Provavelmente porque as coletividades aqui nesta terra se interessam mais, provavelmente ultrapassam uma série de obstáculos difíceis, mas é exatamente por isso que nós temos que ser um bocadinho diferentes. Vamos tentar que seja em áreas municipais, nesta freguesia e noutras freguesias, vamos tentar continuar a fazer estes trabalhos.



Eu passo vulgarmente junto à localização geográfica onde centenas de jovens praticam desporto todos os dias e há aqui um interesse nosso, tanto na zona do rio largo como na zona sul da freguesia, em implementar espaços desportivos, se não for mais nada, de lazer, podem não ser recintos propriamente ditos, mas isto tem sido constante, e temos feito este grito de alerta às autoridades competentes e ao município e a quantos mais podem intervir neste assunto. Espero ter explicado o porquê de não fazermos mais, muito obrigado.” -----

----- O senhor Presidente da Assembleia pediu para se avançar com a sessão e que não havendo mais nada para dizer nos assuntos para o período antes da ordem do dia se passaria para o ponto seguinte - apreciação e votação do documento de prestação de contas do ano 2018 em que foi apresentado um requerimento pelo CDS e que solicita uns documentos à Junta. -----

----- O vogal José Laranjeira saudou todos os presentes, e disse ter feito intervenção sobre o ponto dois da folha de trabalho e sobre o qual apresentou o requerimento de documentos para esclarecer algumas dúvidas sobre alguns valores, nomeadamente no que se refere ao vencimento do senhor Presidente, à verificação do tempo inteiro do senhor Secretario e se essa verificação veio da Assembleia ou não e se a quantidade no número de eleitores tem influência nesse assunto; outras dúvidas prendem-se com a quantidade de tarefeiros e as áreas em que estão inseridos, o trabalho especializado e respetivos contratos, onde estão contabilizados os pagamentos de funcionários administrativos, que colaboradores fazem retenção na fonte para o IRS e quem faz descontos para a segurança social, também verificando a questão do seguro de acidentes de trabalho ou por doença profissional. Relativamente às despesas de conservação e manutenção, em que edifícios foram efetuadas, quais foram os valores, quais foram os equipamentos adquiridos; quais os investimentos que foram feitos no passado e equipamentos adquiridos; pretende-se ter acesso à informação de tudo isso através de uma página eletrónica atualizada. Também é importante perceber qual a empresa que faz a contabilidade, se é um contabilista TOC ou se é uma empresa que faz o Relatório de contabilidade. Continuou dizendo “É importante perceber também o défice de exploração que aparece de menos 43.929,74€. Temos um total de receitas de 303.547,75€ e temos um total de despesa de 347.477,00€, logo menos 43.929,74€. Percebermos isto então se estamos a gastar mais do que recebemos sim ou não e porquê. É importante percebermos isto, é importante perceber também referente, como eu referi, em questão do vencimento porque a rubrica que eu percebi que esta a zero, então nos não recebemos dinheiro da DGAL este ano de 2018 então quer dizer que o valor do rendimento do que percebo do valor do vencimento do Senhor Presidente, saiu diretamente do orçamento da junta, portanto é importante que seja esclarecido estas coisas todas, por isso é que pedi esses documentos para que possa ter posse e para ficar sem dúvidas porque o importante aqui é que não haja problemas para ninguém e eu já disse varias vezes aqui nesta assembleia, eu estou aqui porque as pessoas votaram e para fazer o meu trabalho que é tentar esclarecer e tentar perceber



Assembleia de Freguesia de Espinho

[Handwritten signature]

se tudo está a bater certo, tentar requerer documentos no sentido de que tudo seja feito plenamente correto e que não haja problemas para ninguém no futuro, ok. Muitas perguntas que não vão ser esclarecidas, por isso depois nos documentos vou ter a oportunidade de poder perceber. Muito Obrigada.” -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou se se responderia de imediato ou no final de todas as questões ao que o Senhor Presidente de Junta sugeriu responder no fim por poder haver questões coincidentes. -----

----- A vogal Lurdes Rebelo saudou os presentes e referiu ter realmente algumas dúvidas coincidentes, nomeadamente no que diz respeito à receita na rubrica 06030105, em que o vencimento e as despesas de representação do Presidente ficou com execução de 0, não se percebendo o que aconteceu, pois não houve transferência de verba. Relativamente à receita, gostaria de alertar também para a questão das praias e para a delegação de competências, indicando que nas rubricas 0605010104 e 060501105 são 100 mil euros a mais relativamente à receita. No que se refere à despesa, realçou alguns pontos comuns com o vogal do CDS, sendo as contribuições para a Segurança Social exageradas relativamente ao número de funcionários que estão previstos no quadro. Questionou ainda o valor dos seguros do executivo no valor de 2.300,51€ e realçou a questão do gasto dos dinheiros por exemplo no restauro dos bens imóveis, dos edifícios em que há disparidade das verbas gastas para além de as considerar muito elevadas. Indagou se houve contratação de uma empresa externa para fazer obras e com que material se realizaram; se houve contratação direta ou se houve concurso público e neste caso onde é que foi publicitado. Outra questão levantada prende-se com o inventário dos bens que já se tinha ficado de fazer, uma vez que há muito investimento em material informático e é uma rubrica bastante elevada. Quanto à concessão e aos gastos com as praias, a receita que se arrecadou relativamente ao que estava previsto é um bocadinho inferior, não sabendo se há desvios das previsões nem se existe uma empresa que faz a contabilidade. Finalmente referiu que faz parte da administração e de uma boa gestão administrar um condomínio e que lhe parece grave gastar mais do que aquilo que se ganha, ainda para mais tendo o “input” de mais de 100 mil euros, tendo-se gasto mais 150 mil euros. -----

----- Pediu a palavra o senhor Secretário da Junta, Vitor Sousa, propondo-se a esclarecer os pontos abordados, frisando, no entanto, a importância dos conhecimentos da Lei das Autarquias locais e que se tenta sempre cumpri-las ao máximo. Concordou que se deve gerir bem qualquer bem, nosso ou público, e que se for um bem público ainda mais exigente se deve ser, ter cuidado e ter determinação. A verdade é que este orçamento apresentado em 2017, para ser executado no ano 2018 estava amputado numa série de matérias que não eram do conhecimento deste executivo que tinha entrado em 18 de outubro de 2017. Referiu estarem a tentar fazer melhor, tendo-se apercebido que a discrepância que existe de cerca de 100 mil Euros, e que foi bem mencionada,



prende-se fortemente com as praias. Esta casa tinha deixado todo o material abandonado e simplesmente teve de ser retomada uma nova dinâmica e um novo trabalho contínuo para se poder dar alguma estrutura, alguma continuidade e melhoria à presença nas praias. O Orçamento também disparou devido a um protocolo no Concelho de Espinho e noutros concelhos em que uma empresa, ou mais que uma empresa, fazem a manutenção e segurança, a vigia, o trabalho do Instituto de Socorros a Náufragos, o que se eleva a dezenas de milhares de euros só para pagar a essa associação, mais seis ou sete nadadores salvadores. Outros assuntos esclarecidos pelo senhor Secretário prendem-se com as verbas gastas em edifícios e infraestruturas. No edifício da Junta foi reparado o palco do anfiteatro que estava remendado com tabuas consecutivas umas em cima das outras e com parafusos que saltavam fora diariamente. Só para fazer a intervenção no anfiteatro foi necessária mão de obra interna tal como também de empresas especializadas para fazer o trabalho com a qualidade necessária. Foram ainda intervencionados os próprios balneários e uma sala de máquinas no edifício da Junta que se converteu num mini ginásio que servirá para muitas coisas, para jovens e seniores desta casa, sendo de todo o interesse perceber-se o que se fez para se poder avaliar quantitativamente. Referiu ainda que também neste mesmo piso foram feitas melhorias nos WC's públicos, tudo em consonância com todos os regulamentos e todas as normas que são exigidas. Houve um cuidado especial com aqueles que têm deficiência de forma a poderem ter as mesmas condições que qualquer outra pessoa e que tudo isso tem os seus custos. No que diz respeito à grande rubrica do material informático, existia uma dita aquisição de material informático que na verdade nunca terá existido, pelo que teve que ser comprado grande parte desse mesmo material. Quanto às verbas avultadas mencionadas, indicou que decorreram do acordo interadministrativo em que se interveio em três praças, e ainda uma outra que não estava contemplada. No que se refere às verbas de IRS, o atual executivo deparou-se com algumas notificações da Autoridade Tributária para pagar IRS de recibos, de documentos, mais recibos verdes que contestaram e que tiveram de ser pagas, aumentando assim as verbas. Continuou referindo que se tinha herdado em despesas com advogados mais de 15 mil euros assim como com técnicos de direito dos quais se levantam bastantes dúvidas, mas que agora se torna difícil de clarificar até porque os recibos já tendo sido passados e as pessoas reservam-se no direito de esclarecer. Perante isso, as hipóteses seriam pagar ou ser depois multados pela Autoridade Tributária. -----

----- Respondendo à questão dos seguros, o Senhor Secretário continuou esclarecendo que as apólices podem ser consultadas a qualquer momento por quem as quiser verificar e que se referem a seguros do pessoal, do executivo, desta mesma assembleia e também dos CEI. Independente de tudo isso houve no ano 2018, num outro mandato, muitos colaboradores do CEI+, depois existiu um novo programa de CEI+ também a começar no final desse ano e nesta altura ainda não se recebeu qualquer retorno por parte do Centro de Emprego, o que se espelha naqueles 100 mil euros ou quase 100 mil euros que falham. Indicou que isso são circunstâncias



J
h

que espera sejam reparadas no decorrer do corrente ano. Foi também respondido ao vogal José Laranjeira que o documento que fez chegar sobre a taxa social única prende-se com colaboradores da Junta e com o executivo e que relativamente ao ponto 2 da ordem de trabalhos, a questão já tinha sido respondida. Foi também indicado que qualquer outro documento para consulta, deve ser solicitado atempadamente, segundo a lei das autarquias, sendo a intenção do atual executivo a de defender esta freguesia e que é por aí que todos devemos começar e nos guiar. No que se refere à área desta freguesia seria bom que tivesse mais área e mais população, mas a verdade é que para efeitos legais, ela tem o que tem e que se pretende recorrer à Justiça para resolver esse assunto porque é um órgão de soberania que deve tratar esses assuntos e não a ANAFRE, que é uma associação de freguesias, ou outras coletividades ou ajuntamentos ou pareceres de associações. Respondendo ainda à questão da fotocópia do contrato de concessão de praia, o mesmo foi publicado em edital. Relativamente a este assunto existiram quatro interessados, dois dos quais apresentaram propostas, tendo uma delas sido excluída e retirada visto não se adequar ao espaço (propunham-se a vender frangos assados e farturas). Respondendo à questão informática do site da Junta, teve que ser adquirido um novo domínio e um novo site pois a Junta não tinha site ou domínio próprios. Quaisquer outros documentos que se pretendam consultar, podem ser solicitados quando quiserem, ao que o vogal José Laranjeira retorquiu estar a solicitá-los e o senho secretário da Junta indicou que poderia fazê-lo em qualquer altura, pedindo desculpas se da última vez tinha demorado mais do que os quinze ou vinte dias permitidos por lei. -----

----- O senhor Secretário da Junta, Vitor Sousa, referiu que quanto ao mapa do processo jurídico é um processo que se deve ao concurso de precários e em que um dos candidatos queria ter acesso ao processo e que, como é óbvio, devido à lei da proteção de dados, a interessada recorreu. Continuou dizendo que estava tudo em edital, e que foram notificados a apresentar o solicitado, mas a única coisa que pode ficar designado foi um nome e nada mais que o nome visto que a morada e o numero de telefone não podiam constar. Havia três pessoas com essa possibilidade: uma era operacional de limpeza e as outras eram duas administrativas. Para o orçamento dos contratos interadministrativo, como nas outras freguesias, as pessoas que vêm do município vão ter que ser colocadas noutra local, portanto não vão para o fundo de desemprego nem serão despedidas. Referiu também que desde que este executivo tomou posse, tem exigido mais competências para esta Junta não podendo, no entanto, ficar com excesso de pessoal. -----

----- A vogal Lurdes Rebelo interveio dizendo que essa lei veio regularizar uma situação má, pois as pessoas que eram necessárias permanentemente estavam em situação precária. -----

----- O senhor secretário da Junta disse que a lei 112/17 de 29 de dezembro é uma lei que teve nesse mesmo ano quatro versões. -----



Assembleia de Freguesia de Espinho

f d

----- O senhor Presidente da Assembleia passou à votação, sendo aprovada a prestação de contas referente ao ano de dois mil e dezoito, ficando aprovado por maioria com sete votos a favor (seis PSD e um NOS) e cinco votos contra (quatro PS e um CDS). Passou-se de seguida para o ponto número três, o da apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Junta. -----

----- Pediu licença a vogal Lurdes Rebelo dizendo ter uma dúvida em relação à verba que aparece no final e se se refere a data do documento. -----

----- O senhor Presidente da Junta informou que o valor é referente à data da elaboração do documento da informação do Presidente. -----

----- A vogal Lurdes Rebelo salientou que achava importante em termos de memória futura e como forma de se poder referir às páginas e que as mesmas fossem numeradas. Referindo-se de seguida à informação do Presidente, concordou com a preocupação constante dos espaços e sua melhoria para o usufruto, mas que no final não se percebe qual será a aposta seguinte para esses mesmos espaços. Indagou também quanto à reunião que teve com a empresa que fazia a contabilidade anterior e se a colaboradora com que esteve depois era advogada. -----

----- O senhor Presidente da Junta- Sim, Dra. Nadja-----

----- A vogal Lurdes Rebelo- Houve também mais à frente uma parceria com a Colgate, uma empresa privada. -----

----- O senhor Presidente da Junta - Foi a que nos fez a proposta. -----

----- A vogal Lurdes Rebelo- Ou seja é dependente das propostas. -----

----- O senhor Presidente da Junta- Exatamente. Pediu uma reunião para uma proposta, não havia nenhuma contrapartida para a empresa, à priori, os nossos seniores tiveram todos o direito a vir, todos tiveram preferência na inscrição, e enquanto a maioria desta incluía os seniores, a nosso incluía todo o pessoal. -----

----- A vogal Lurdes Rebelo- E depois, para a frente, fala desses seguros. Esses seguros são os que depois contabilizaram ou estavam implicados e não tem nada a ver? -----

----- O senhor Presidente da Junta clarificou que já estavam contabilizados e que foi para esclarecer certos pormenores do que se podia incluir porque há sempre muitas dúvidas quando se tem seguros, nomeadamente com pequenos pormenores nas cláusulas de alguns em que se possa ter responsabilidade, ou não, como no caso do uso do edifício. -----

----- O vogal José Laranjeira indagou sobre as reuniões do RECAFE, implementação de peças urbanas e qual a intervenção da Junta nesse assunto. -----



Assembleia de Freguesia de Espinho

f f

----- O senhor Presidente da Junta - Já temos os diversos orçamentos, temos um levantamento feito de Espinho inteiro de placas nas ruas e vamos ter outra reunião ainda este mês para tentar chegar a acordo de ambas as partes. -----

----- O senhor secretário da Junta, Vitor Sousa- Infelizmente chegou-se a um ponto de degradação de todas as placas e é nesse sentido que estamos a trabalhar. Provavelmente esse trabalho nunca se tinha feito. -----

----- O senhor Presidente da Junta informou que em Espinho já foi feito o levantamento em termos de placas e que agora se tenta, nas reuniões, chegar a um tipo de placa uniformizada e obrigatória, porque é assim que as coisas funcionam neste momento. Há um tamanho e tipo de placa que têm que ser respeitados e isso está a ser tratado. -----

----- O vogal Jose Laranjeira questionou no que se refere aos processos jurídicos, se já se está a trabalhar no sentido de os resolver ou se ainda vai demorar, nomeadamente a situação do processo de Manuel Alexandre Pinto Simões, em que embora tenha sido retida a carta e supostamente ele já não exista naquela morada, sabe-se onde é que ele trabalha e onde é que ele está a gerir o restaurante e que por isso a nível judicial deve-se poder entrar em contacto com ele. -----

----- O senhor Presidente da Junta anuiu dizendo que é um dos processos em que na semana anterior se tinha pedido exatamente essa informação ao advogado, mas que, no entanto, não é assim tão fácil de se conseguir e que uma das coisas que o advogado diz é que para avançar com o processo tem que se ter os pés bem assentes porque se corre o risco de se estar sem se conseguir notifica-lo, porque para notificar é preciso ter a certeza que se consegue notificar. -----

----- O vogal José Laranjeira perguntou ainda qual o ponto de situação quanto aos outros dois processos ao que o senhor Presidente da Junta respondeu que estão em tribunal, não se tendo conseguido chegar a um consenso e que se se chegar a um consenso ter-se-á que prestar contas numa próxima reunião, por isso não se pagará alguma verba sem ter a certeza de que se tem efetivamente que a pagar. -----

----- O vogal Jose Laranjeira contrapôs dizendo que os debates nas assembleias são importantes para o executivo passar a informação do que se investe e que essa informação não lhes tem chegado. Qual e onde é feito o investimento, quais os objetivos prévios a curto, médio e a longo prazo, qual a evolução. Referiu ainda que é importante perceber-se o que se pretende fazer e depois acompanhar o trabalho do que tem sido feito. -----



Assembleia de Freguesia de Espinho

f
s

----- Respondeu a essa questão o vogal Pedro Sousa dizendo que os objetivos anuais são aprovados no orçamento, o qual contem as rubricas e nessa altura explica-se que se vai fazer. Mais tarde é que se verifica o que foi ou não executado. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia interveio sugerindo que marcassem nova reunião para discutir esse assunto e não havendo mais nada a debater se passaria para o último ponto, o período de intervenção do público. -----

Pediu a palavra o senhor Rui Torres- Sou o Rui Torres até fui eu que fui acompanhado com um amigo, que digam qual é o problema comigo, quero que digam claramente que tem de mal contra mim, é certo falhei em algumas coisas; querem saber que no último ano de executivo a Junta de Espinho não funcionou por questões partidárias. Ouvir um vogal que a partir de agora estava de férias até às eleições é fácil falar e é fácil acusar sem saber as coisas. Efetivamente, o vogal está a ouvir o que estou a dizer e devia assumir e defender o executivo anterior que também fez parte dele, não é dizer que vai estar três meses de férias se a Junta não resolveu as coisas que tinham pendentes e se não fez a devida passagem que eu já vim dizer que lamento e que ajudava nessa passagem se existe culpados vão para os sítios corretos de crucificações não andem com encenações ate hoje conheço qualquer ação judicial ou investigação contra mim ou contra o antigo executivo mas isto ao ponto de situação quero virar e estou contente deste ano e meio ter passado, estou com a consciência bastante tranquila, desde a primeira hora que disse que estou disponível para colaborar com o senhor Presidente da Junta continuou com a mesma disponibilidade ate já disse aqui nesta Assembleia que para si é como um bombeiro 24 horas embora o gasóleo possa dificultar a minha vinda a Espinho, mas estou totalmente disponível para ajudar este executivo a trabalhar bem, coisa que me parece que não tem acontecido e vou voltar agora ao senhor presidente assembleia pedir um favor, requerer a ata desta assembleia, a ata não esta no site porque se estivesse no site eu não requeria para avançar com uma acção de um tribunal não preciso da ata. A ata não existe, a assembleia deve facultar a ata se estivesse no site eu não a requeri, e estão a querer que eu pague o custo que esta assembleia não tem tabela de preços desses documentos, a junta de Espinho tem, pedi ao senhor Presidente uma ata deve dar a ata porque quando houver custos dos documentos a assembleia de freguesia devem ser impostos ao cidadão na tabela de preços que existe a assembleia ou ao senhor presidente da Assembleia que me facultasse essa ata e também acrescento hoje que para algumas das insinuações que aqui foram colocadas de um elemento de um vogal que esta aqui que também fez parte do executivo também ouviu as mesmas insinuações não tenha dito olhe que não foi bem assim lamento mas a vida tem destas coisas, espero que esta ata tenha sido gravada também já vi o gravador e que transcreva exatamente o que foi insinuado sobre o anterior executivo . Uma nota final, peço ao presidente delegar competências , pedi esse parecer jurídico condena o município de Espinho que fez esta junta em primeiro, nada tinha sido feito posso até relembrar que quando esse



Assembleia de Freguesia de Espinho

documento foi apresentado à reunião de junta todos os vogais inclusivamente o outro que esta aqui o senhor Manuel Pires disse claramente que se é para defender a junta há que avançar para tribunal e só não avançou para tribunal porque estamos um período pré eleitoral e o executivo achou, que o novo executivo havia de tratar dessa situação, estamos a falar ainda hoje da delegação de competências e de discriminação e pena que não peguem nesse documento e peço desculpa uma Boa Pascoa também vim aqui espera das amêndoas estamos em tempo de crise, uma Boa Pascoa a todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia: Sendo assim, só me resta desejar uma Boa Páscoa para todos e dar por encerrada a assembleia ordinária de dezassete de Abril de dois mil e dezanove.

----- Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

A Mesa da Assembleia de Freguesia



Jorge Taveira da Silva

Luís Afonso Ribeiro de Castro



Assembleia de Freguesia de Espinho

*h d
f*

EDITAL

Hélder Manuel de Freitas Leitão Rodrigues, Presidente da Assembleia da Freguesia de Espinho, Concelho de Espinho, em conformidade com o preceituado na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foram apreciados e votados na Sessão Ordinária de **17 de abril de 2019**, os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

2. Apreciação e votação do documento de prestação de contas de 2018;

Votos contra 5 - PS + CDS Abstencões 0
" Favor 7 - PS + NC - 1

Espinho, 17 de abril de 2019

O Presidente da Assembleia

(Hélder Manuel de Freitas Leitão Rodrigues)